



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

ITEM EDITAL DE DISPENSA	
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026	Processo Administrativo nº 1902005/2026
ENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PROMOVENTE DA LICITAÇÃO: Câmara Municipal de GONÇALVES DIAS – Estado do Maranhão.	
A CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS, Estado do Maranhão, representado pelo sua Ordenadora de Despesas, em exercício, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, mediante ao Agente de Contratação designado pela Portaria legislativa nº 012/2025, com base nos dispositivos das leis, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado DISPENSA ELETRÔNICA , com critério de julgamento na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.	
Objeto: Contratação de solução tecnológica integrada, compreendendo a licença de uso, implantação e manutenção de Sistema Integrado de Contabilidade Pública, módulo especializado para Alimentação e Gerenciamento do Portal da Transparência, bem como a provisão de Infraestrutura em Nuvem (Data Center) para hospedagem, processamento, segurança e disponibilidade dos dados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Lei nº 12.527/2011 (LAI).	
REGISTRO DE PREÇOS? NÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL? CONTRATO
LIC. EXCLUSIVA ME/EPP? SIM	RESERVA COTA ME /EPP? NÃO
TIPO DE LICITAÇÃO? MENOR PREÇO GLOBAL	MODO DE DISPUTA? ABERTO
SESSÃO PÚBLICA	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 05 (cinco) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.	
LOCAL ONDE ACONTECERÁ A DISPENSA ELETRÔNICA: Portal de compras da câmara municipal de GONÇALVES DIAS: https://www.licitanet.com.br/	
LIMITE DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA: Até dia 06/03/2026, às 08:h00min (horário de Brasília – DF)	
INÍCIO DA ETAPA DE LANCE: 06 de MARÇO de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília – DF)	
DO ENCERRAMENTO DOS LANCES ANTES DA ABERTURA DA DISPUTA: 06 de MARÇO de 2026 às 08:00 horas (horário de Brasília – DF)	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.	
INFORMAÇÕES:	



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

Agente de Contratação: INÁCIO JHONNY LIMA DE OLIVEIRA	e-mail: camaradevereadoresgd@gmail.com
OBS: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF. OBS: As respostas aos pedidos de esclarecimentos/impugnações serão divulgadas no endereço eletrônico: https://www.licitanet.com.br/ e no portal da Câmara Municipal de GONÇALVES DIAS : https://https://cmgoncalvesdias.ma.gov.br/ , tendo também o e-mail: camaradevereadoresgd@gmail.com , e vincularão os participantes e a administração.	

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026

PROCESSO ELETRÔNICO: Nº DISP-005/2026

Processo Administrativo nº 1902005/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS - MA, através da Comissão Permanente de Contratações, designada por portaria 012/2025 específica, vem, por meio deste, com fulcro no Art. 51 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e nos termos do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, tornar público o interesse deste Poder Público Municipal em adquirir, por meio de Dispensa de Licitação, a prestação de serviços, nos termos e condições abaixo.

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, conduzida por um operador, devidamente designado por portaria específica, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação, em todas as suas fases a ser realizada no dia **06 de MARÇO de 2026 as 09:00 (nove) horas**, na plataforma do site <https://www.licitanet.com.br/>

2. OBJETO

2.1. Contratação de solução tecnológica integrada, compreendendo a licença de uso, implantação e manutenção de Sistema Integrado de Contabilidade Pública, módulo especializado para Alimentação e Gerenciamento do Portal da Transparência, bem como a provisão de Infraestrutura em Nuvem (Data Center) para hospedagem, processamento, segurança e disponibilidade dos dados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Lei nº 12.527/2011 (LAI).



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente Dispensa os interessados que estejam devidamente cadastrados no Portal de Compras da Câmara Municipal de GONÇALVES DIAS /MA (<https://www.licitanet.com.br/>) e que cumpram as devidas formalidades dos documentos de habilitação exigidos neste edital, sendo que o não atendimento de quaisquer das condições implicará na inabilitação ou desclassificação da proposta.

4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. O valor constante da proposta deve compreender todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução dos fornecimentos/serviços, abrangendo, assim, todos os custos necessários à sua execução, em face desta Dispensa.

4.2. A validade da proposta será **de 60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da mesma.

4.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

4.4. A proposta de preço deverá ser encaminhada nos termos do **ANEXO I** (Termo de Referência) deste instrumento, devendo constar os preços unitários e totais dos itens.

4.5. Até a abertura da sessão de julgamento, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.6. O prazo para a execução do objeto é imediatamente ao recebimento da respectiva ordem de serviços.

4.7. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal ou procurador da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação.

A proposta apresentada que for menor que 70% do valor estimado deverá obrigatoriamente apresentar composição de custo, caso não, será considerada inexecuível pela equipe de contratação.

5. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

5.1. Será considerado primeiro classificado na Dispensa Eletrônica, aquele que apresentar, durante o período da Fase de Lances, o valor de **Menor Preço Global**.

5.2. Será considerado habilitado e adjudicado, o primeiro classificado que atender as exigências de habilitação e as especificações do Termo de Referência, apresentando em arquivo único, no formato PDF, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste edital.

6. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DA EMPRESA VENCEDORA

6.1. A empresa declarada classificada em primeiro lugar, deverá apresentar, em arquivo único, no formato "PDF", os seguintes documentos de habilitação e proposta:

- a) A proposta de preços, contendo as especificações exigidas no Termo de Referência;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual se houver;
- c) RG e CPF dos Sócios;
- d) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas (C.N.P.J);
- e) Certidão Negativa de Débito da Receita Federal (Tributos (INSS) e Dívida Ativa);
- f) Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado (Administrada pela Procuradoria da Fazenda Estadual ou equivalente em cada Estado);
- g) Certidão de Quitação de Tributos Estaduais (Administrada pelo Departamento de Arrecadação e Tributos do Centro Tributário Estadual ou equivalente em cada Estado);
- h) Certidão quanto à Dívida Ativa Municipal (Administrada pela Procuradoria Geral do Município ou equivalente em cada Município);
- i) Certidão Negativa de Tributos Municipais, (Administrada pela Secretaria de Finanças Municipais ou equivalentes em cada Município);
- j) Certificado de regularidade de situação – FGTS;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Lei 12.440/2011, de 07 de julho de 2011.
- l) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- m) Balanços completos dos últimos dois anos da empresa NA FORMA DA LEI, caso tenha, sendo nova apresentar Balanço do último ano ou o termo de abertura Registrado na Junta Comercial.
- m) Certidão SINTEGRA (SE TIVER)
- n) Certidão de Falência e Concordata atualizada com validade limite de 60 dias após sua expedição, e Balanço dos dois últimos ano completos na forma da lei com certidão de habilitação atualizada do contador que assinou o último balanço.
- o) Atestado de capacidade técnica da empresa compatível com o objeto do edital.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

7. DO PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

7.1. A licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

7.2. O envio incompleto dos documentos apresentados, ou o envio de documentos em desacordo com as exigências contidas no item anterior, acarretarão a sumária inabilitação da empresa classificada em primeiro lugar.

7.3. O envio de Documentação complementar será de **30 (trinta) minutos**, após a solicitação no sistema.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, estritamente aos serviços prestados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Dispensa. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

9.2. A forma de lances entre os licitantes concorrentes será no formato proposta “com disputa”, onde dentro do período pré-estabelecido no item 1, deste edital, os licitantes interessados encaminharam ao sistema do Portal de Compras de GONÇALVES DIAS /MA (<https://www.licitanet.com.br/>) e suas respectivas propostas de preços, que ao fim deste prazo, serão devidamente conferidas pelo Operador responsável.

9.3. As normas que disciplinam esta disputa eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, e os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Operador.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

9.4. A participação do proponente neste procedimento implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e Legislação informada no preâmbulo do mesmo, os quais regulamentam este procedimento.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01.

10.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Órgão para o ano de 2026.

ORGÃO 01: CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 0101: CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

01 031 001 2.001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.40.00 – SERV. DE TECNOLOGIA E INFOMACÃO/COMUNIC – PJ

11.CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da cotação eletrônica constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

11.2. Para dúvidas e demais esclarecimentos, as informações poderão ser encaminhadas para o seguinte e-mail: camaradevereadoresgd@gmail.com

11.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

ANEXO III - DECLARAÇÃO QUE NAO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONSDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

GONÇALVES DIAS /MA, 27 de FEVEREIRO de 2026.

Francisco Wellison Araujo Ferreira



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

Presidente da Câmara Municipal de Gonçalves Dias

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA UNIFICADO

CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE SISTEMA DE CONTABILIDADE, MÓDULO DE TRANSPARÊNCIA E INFRAESTRUTURA EM NUVEM.

ITEM	Descrição	VALOR MENSAL E ANUAL
01	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE, GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA PORTAL DE TRANSPARÊNCIA, Solução Integrada em Nuvem (SaaS).	Valor estimado Mensal: 2.625,00 (dois mil seiscentos e vinte cinco reais) Valor estimado Anual: 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais anual)

1. OBJETO Contratação de solução tecnológica integrada, compreendendo a licença de uso, implantação e manutenção de **Sistema Integrado de Contabilidade Pública**, módulo especializado para **Alimentação e Gerenciamento do Portal da Transparência**, bem como a provisão de **Infraestrutura em Nuvem (Data Center)** para hospedagem, processamento, segurança e disponibilidade dos dados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Lei nº 12.527/2011 (LAI).

2. JUSTIFICATIVA A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização da gestão fiscal e tecnológica do órgão. A integração entre o sistema contábil, o portal da transparência e a infraestrutura em nuvem é essencial para:

- **Conformidade Legal:** Atender às exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Tribunal de Contas (TCE/TCU) e leis de responsabilidade fiscal e transparência.
- **Eficiência Operacional:** Automatizar lançamentos, consolidação de contas e publicação de dados, eliminando retrabalho e erros manuais.
- **Segurança e Continuidade:** Garantir a integridade dos dados sensíveis através de infraestrutura em nuvem com alta disponibilidade, backup e recuperação de desastres.
- **Controle Social:** Assegurar à sociedade o acesso tempestivo e claro às informações públicas.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA A solução ofertada deverá ser integrada, onde o Sistema Contábil alimente automaticamente o Módulo de Transparência, ambos hospedados em Infraestrutura em Nuvem segura.

3.1. Sistema Integrado de Contabilidade Pública

O software deverá auxiliar nos lançamentos e registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, atendendo integralmente aos seguintes requisitos funcionais:

- **Execução Orçamentária e Financeira:**
 - Permitir e auxiliar a elaboração e controle do orçamento, da execução contábil e das demonstrações contábeis, em estrita obediência à Lei nº 4.320/1964 e LC nº 101/2000.
 - Executar o processo completo de despesa (Empenho, Liquidação e Pagamento) e sua respectiva anulação.
 - Permitir a elaboração e controle do orçamento até o balanço do município/órgão, integrado ao PPA (Plano Plurianual) e à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
 - Permitir a elaboração da LDO em estrita observância das previsões do PPA, permitindo alterações, inclusões e exclusões de programas.
 - Auxiliar a projeção de receitas e despesas no período do PPA, com base no período anterior, permitindo um nível elevado de detalhamento dos programas de governo.
- **Contabilidade Geral e Balanços:**
 - Registrar o fluxo de lançamento em seis sistemas (ativo, passivo, despesas, receitas, resultado aumentativo e resultado diminutivo).
 - Extrair automaticamente os balanços da Lei 4.320/64 do plano de contas, em conformidade com a legislação atual e MCASP.
 - Processar automaticamente o encerramento de contas do exercício e a abertura do exercício com os saldos do exercício anterior.
 - Processar e imprimir todos os demonstrativos e anexos do balanço anual previstos na Lei nº 4.320/64, LC nº 101/00 e pelo TCE.
 - Produzir, sem interferência do usuário, todos os demonstrativos do balanço anual (consolidados, não consolidados, de fundos, autarquias ou vínculos à fonte de recurso).
 - Elaborar automaticamente o Diário e o Razão contábil.
 - Realizar a consolidação mensal automática da execução contábil entre as unidades orçamentárias executoras em uma única base de dados.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Transparência:**
 - Processar todos os demonstrativos da LRF, nos moldes das Portarias do MF/STN e do Tribunal de Contas estadual, com periodicidade pré-estipulada.
 - Atender às disposições da Lei Complementar 131/2009 (Portal da Transparência), auxiliando na criação de relatórios para cumprimento da mesma.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

- Processar análises e demonstrativos para acompanhamento diário, decendial, mensal e trimestral, norteando a correta aplicação de recursos vinculados (ex: ensino, saúde).
- **Integrações Sistêmicas:**
 - Permitir integração com o setor de Pessoal para transição automática dos dados da folha de pagamento.
 - Permitir integração com o setor patrimonial para consolidação das informações contábeis.
 - Permitir integração com o setor de compras do município/órgão.
 - Atualizar automaticamente, todos os anos, todas as tabelas de classificações orçamentárias, de acordo com as Portarias MF/STN.

3.2. Módulo de Alimentação e Gerenciamento do Portal da Transparência

- **Disponibilização de Dados:** Disponibilizar informações contábeis atualizadas e em formato acessível (dados abertos), conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
- **Automação:** Publicação automática e em tempo real das informações no Portal da Transparência, extraindo dados diretamente do Sistema Contábil, sem necessidade de redigitação.
- **Conteúdo:** Atendimento aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, incluindo publicação de contratos, aditivos, licitações, empenhos e pagamentos.
- **Usabilidade:** Interface amigável e responsiva para acesso por dispositivos móveis e computadores pela sociedade.
- **Relatórios:** Geração de relatórios gerenciais e dashboards dinâmicos para controle interno e externo.

3.3. Infraestrutura em Nuvem (Cloud Computing)

O sistema contábil e o portal deverão operar em ambiente de nuvem, atendendo aos seguintes requisitos de infraestrutura:

- **Modelo de Serviço:** Disponibilidade de infraestrutura como serviço (IaaS) e/ou software como serviço (SaaS), com gerenciamento total pela contratada.
- **Escalabilidade:** Suporte a escalabilidade automática de recursos (CPU, memória e armazenamento) conforme a demanda de processamento (ex: fechamento de mês/ano).
- **Continuidade de Negócios:**
 - Implementação de solução para backup automatizado (diário/incremental) com retenção configurável.
 - Solução de Recuperação de Desastres (Disaster Recovery) testada e documentada.
 - Alta disponibilidade com SLA (Acordo de Nível de Serviço) superior a 99,9% durante o horário comercial.
- **Migração:** Realizar migração segura dos dados históricos do órgão para o novo ambiente em nuvem sem perda de integridade.

3.4. Segurança da Informação



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

- **Certificações:** A infraestrutura em nuvem deve possuir certificações de segurança reconhecidas, como ISO 27001.
- **Proteção de Dados:** Criptografia de dados em repouso e em trânsito (SSL/TLS).
- **Controle de Acesso:** Controle de acesso baseado em identidade (preferencialmente com MFA - Autenticação de Fator Múltiplo) e auditoria de acessos (logs de quem acessou, o que fez e quando).
- **Defesa Cibernética:** Disponibilidade de firewall virtual e proteção contra ataques DDoS.
- **Conformidade:** Adequação às normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais (LGPD), quando aplicável.

3.5. Suporte, Treinamento e Manutenção

- **Suporte Técnico:**
 - Suporte técnico remoto e presencial (quando necessário) durante todo o período contratual.
 - Atendimento 24/7 para incidentes críticos de infraestrutura e indisponibilidade do sistema.
 - Canal de atendimento especializado para dúvidas funcionais contábeis.
- **Treinamento:**
 - Treinamento para os servidores públicos designados para operar o sistema contábil e gerenciar o portal.
 - Treinamento para equipe técnica do órgão sobre gestão dos recursos em nuvem.
 - Disponibilização de manuais, materiais de apoio e vídeos tutoriais atualizados.
- **Atualizações Legais:** Prover atualizações periódicas do software, assegurando a adequação às legislações vigentes (ex: mudanças no MCASP ou leis fiscais) sem custo adicional.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA O contrato terá duração inicial de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme interesse público e legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, art. 107).

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

5.1. Habilitação Técnica

- Comprovação de experiência na implementação de **Sistemas Integrados de Contabilidade Pública** em órgãos públicos.
- Comprovação de capacidade na prestação de **serviços de computação em nuvem** com SLA comprovado.
- Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por contratantes anteriores (públicos ou privados), contemplando soluções similares de contabilidade e nuvem.
- Certificações de qualidade e segurança da empresa (ex: ISO 9001, ISO 27001).

5.2. Proposta Comercial



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

- Avaliação com base no **Menor Preço Global**, considerando o custo total da licença de software, hospedagem em nuvem, suporte, implantações e treinamentos, desde que atendidos todos os requisitos técnicos exigidos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer, implantar, configurar e manter o software e a infraestrutura em pleno funcionamento.
- Garantir a disponibilidade dos serviços conforme SLA estabelecido, aplicando-se penalidades em caso de descumprimento.
- Realizar customizações necessárias para integração com sistemas legados do contratante.
- Garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações contábeis e pessoais.
- Comunicar eventuais indisponibilidades programadas com antecedência mínima de 72 horas.
- Assegurar a portabilidade dos dados ao final do contrato, em formatos abertos e estruturados.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Disponibilizar as informações, dados, acessos e recursos necessários para a implantação e integração dos sistemas.
- Designar servidores responsáveis (Gestor e Fiscal do Contrato) para interface com a contratada.
- Efetuar os pagamentos nas datas e condições ajustadas, mediante atesto da nota fiscal.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS Este Termo de Referência servirá como base para o processo licitatório e posterior contratação. A solução deverá garantir que os serviços de contabilidade, portal e nuvem atuem de forma sinérgica, não sendo admitida a fragmentação que comprometa a segurança, a integridade dos dados contábeis ou a transparência das informações. Dúvidas ou ajustes serão tratados conforme a legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021.

9. REFERÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS

- Constituição Federal de 1988 (Art. 37 e Art. 70).
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro).
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência).
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – STN.
- Normas de Segurança da Informação (ISO 27001 / NIST)

Gonçalves Dias, 25/02/2026



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

*CONTRATO Nº ____/2026 QUE, ENTRE SI,
CELEBRAM O MUNICIPIO DE GONÇALVES DIAS
/MA E A EMPRESA....., PARA OS FINS
QUE SE ESPECÍFICA.*

A Câmara Municipal de GONÇALVES DIAS /MA, com sede na praça João Afonso Cardoso s/n, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11011335/0001-21, através do Presidente da Câmara o Sr. Francisco Wellison Araujo Ferreira, CPF, 165.186.322-XX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____ sediada à _____, neste ato representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **Processo Administrativo nº 1902005/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL E DO OBJETO COM VALOR

1.1. O presente Contrato decorre da Dispensa de Licitação, nos termos do como fundamento legal o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores e eventuais alterações, tudo constante no Processo Administrativo nº Processo Administrativo nº 1802005/2026, do qual passa a fazer parte integrante este Instrumento.

1.2. OBJETO: Contratação de solução tecnológica integrada, compreendendo a licença de uso, implantação e manutenção de Sistema Integrado de Contabilidade Pública, módulo especializado para Alimentação e Gerenciamento do Portal da Transparência, bem como a provisão de Infraestrutura em Nuvem (Data Center) para hospedagem, processamento, segurança e disponibilidade dos dados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e Lei nº 12.527/2011 (LAI).

1.3. PLANILHA COM PREÇOS

XX

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

2.1. 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos dos artigos **106 e 107 da Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações) disciplinam os contratos de serviços e fornecimentos contínuos, observando disponibilidade de créditos orçamentários.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contratação.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de _____ que será pago a contratada na proporção em que o fornecimento for executado.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/03/2027.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha(m) a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar a Procuradoria Geral da CÂMARA MUNICIPAL para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8. Explicitamente emitir decisão (no prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período) sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data do Protocolo.

8.10. Sob nenhuma hipótese a Administração responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas,



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, por trata-se de contratação de pequeno vulto a ser realizada mediante dispensa de licitação, onde o pagamento será realizado somente após a efetiva prestação dos serviços, portanto não se faz necessária a exigência de garantia contratual.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no item 8.1 do termo de referência desta Contratação Direta.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

11.3. As multas de Mora e Compensatória, serão aplicadas e cobradas da forma prevista no Termo de Referência.

11.4. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, hipótese em que também se aplicam os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação de que trata o item anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O contrato poderá ser extinto ainda:



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

12.11. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.12. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO 01: CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 0101: CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

01 031 001 2.001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.40.00 – SERV. DE TECNOLOGIA E INFOMACÃO/COMUNIC – PJ

14. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de DOM PEDRO (MA), para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

GONÇALVES DIAS – MA, ____ de ____ de 2026.

FRANCISCO WELLISON ARAUJO FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____
2. _____



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Dispensa Eletrônica nº 005/2026, aberto do Processo Administrativo nº 1902005/2026, instaurada pela Câmara Municipal de GONÇALVES DIAS /MA, que a empresa:

- Para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14133/2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
- Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 14133/2021
- Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

(Local e Data)

(Assinatura do responsável e CPF)

Observações

- Deverá ser redigido e impresso em papel timbrado da empresa licitante.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO
(Modelo)

A CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS - MA

Referente: DISPENSA ELETRÔNICA nº 005/2026

O Portador do RG, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, , CNPJ , declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento dos bens ou produtos previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos da Lei nº 14.133/2021, e alterações subsequentes.

(Local e Data)

(Assinatura do responsável e CPF)

Observações

- Deverá ser redigido e impresso em papel timbrado da empresa licitante.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS (COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / AGENTE DE CONTRATAÇÃO REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026)

1. DADOS DA EMPRESA PROPONENTE

- **Razão Social:** [INSERIR RAZÃO SOCIAL]
- **Nome Fantasia:** [INSERIR NOME FANTASIA, SE HOUVER]
- **CNPJ:** [00.000.000/0000-00]
- **Inscrição Estadual:** [INSERIR OU "ISENTO"]
- **Endereço Completo:** [RUA, Nº, BAIRRO, CIDADE, UF, CEP]
- **Telefone:** [(XX) XXXXX-XXXX]
- **E-mail:** [email@empresa.com.br]
- **Representante Legal:** [NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL]
- **CPF do Representante:** [000.000.000-00]
- **Cargo/Função:** [INSERIR CARGO]

2. OBJETO DA PROPOSTA: Proposta de preços para o fornecimento de [INSERIR OBJETO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA], conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2026.

3. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	Descrição	VALOR MENSAL E ANUAL
01	SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE, GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA PORTAL DE TRANSPARÊNCIA, Solução Integrada em Nuvem (SaaS).	

(Inserir linhas conforme a quantidade de itens do Termo de Referência)

4. CONDIÇÕES COMERCIAIS E PRAZOS

- **Validade da Proposta:** [MÍNIMO DE 60 DIAS] dias, a contar da data de seu envio.
- **Prazo de Entrega/Execução:** [INSERIR PRAZO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA] dias/após a emissão da Nota de Empenho.



Estado do Maranhão
Câmara Municipal de Gonçalves Dias
Praça João Afonso, s/n, Centro
CNPJ: 11.011.335/0001-21

- **Local de Entrega:** [INSERIR LOCAL CONFORME EDITAL].
- **Garantia (se aplicável):** [INSERIR PRAZO DE GARANTIA] meses/anos.
- **Regime Tributário:** A empresa optante pelo () Simples Nacional / () Lucro Presumido / () Lucro Real. (Assinalar a opção).

5. DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

- **Banco:** [NOME DO BANCO]
- **Agência:** [0000]
- **Conta Corrente:** [00000-0]
- **Titularidade:** [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
- **Chave PIX (se houver):** [INSERIR CHAVE]

6. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (LEI 14.133/2021) A empresa proponente, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA** para os devidos fins, sob as penas da lei:

1. **Aceite das Condições:** Que aceita integralmente as condições estabelecidas no Edital de Dispensa Eletrônica nº 005/2026 e seus anexos, bem como no Termo de Referência.
2. **Impedimentos e Sanções:** Que não possui fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nem está suspensa ou declarada inidônea, conforme Art. 14 e Art. 156 da Lei 14.133/2021.
3. **Trabalho Infantil:** Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em conformidade com o Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e Art. 14, § 4º da Lei 14.133/2021.
4. **Regularidade Fiscal:** Que está em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, comprometendo-se a apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas caso seja adjudicada a proposta.
5. **Vínculo:** Que os signatários desta proposta possuem poderes para representar a empresa, conforme Contrato Social/Ata de Eleição anexa (ou declarada no sistema).

7. ASSINATURA

[CIDADE - UF], [DIA] de [MÊS] de 2026.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL] [CARGO DO REPRESENTANTE] [NOME DA EMPRESA] CNPJ: [00.000.000/0000-00]